

GOVERNAMENTALIDADE COMO FERRAMENTA PARA PROBLEMATIZAR OS CURRÍCULOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

STÉFANI DA SILVA KORB¹; MARA REJANE VIEIRA OSÓRIO²

¹ Universidade Federal de Pelotas – stefanikorb96@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – mareos@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo é um recorte da pesquisa de mestrado que estamos desenvolvendo, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, e que tem como propósito investigar o currículo do curso de pedagogia – Licenciatura da UFPel.

O objetivo, aqui, é refletir e compreender sobre o conceito de governamentalidade como uma ferramenta teórica para entender o currículo de formação de professores. Os estudos sobre governamentalidade desenvolvido por Foucault em *Tecnologías del Yo y Otros Textos Afines*, *Segurança, Território e População*, *História da Sexualidade*, *Microfísica do Poder*, *Em Defesa da Sociedade*, tem influenciado as teorizações no campo da educação e propiciado importantes problematizações.

Compreende-se a governamentalidade como racionalidade de poder que se estende para além do aparelho Estatal, embora o Estado tenha papel importante ao elaborar estratégias que assegurem a vida da população, a governamentalidade se expande para além de seus limites pois, insere-se e permeia de diferentes formas, todas as esferas das relações humanas e sociais, desenvolvendo técnicas e práticas específicas com o objetivo de governar a população e conduzir suas condutas. Conforme Foucault (1978, p.143) a governamentalidade se caracteriza por se constituir como uma forma de “[...] “governo” sobre os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes”. Assim, a partir do conceito de governamentalidade podemos pensar as relações de poder não como um estado de dominação, violência de quem detém um poder e de quem é subordinado a este poder, mas como uma dimensão que busca orientar os sujeitos, e que neste processo inclui os campos e conexões pelos quais o poder transita, como o governo dos outros (familiar, escolar, religioso) como o governo de si mesmo (cuidado de si).

Neste contexto a governamentalidade liberal e neoliberal aparecem e podem ser pensadas como destaca Alfredo Veiga Neto (2011, p.38) não como “[...] ideologias de sustentação e justificação do capitalismo e do capitalismo avançado (respectivamente), é mais produtivo compreendê-los como modo de vida, como *ethos*, como maneira de ser e de estar no mundo”.

Nesse modo de vida atual, o neoliberalismo, pautando pelos princípios de consumo, competição, individualismo, liberdade, globalização vem contribuindo para o deslocamento das formas de governo que tentam incluir para tudo e todos outras formas ser e estar no mundo. Nesse jogo, A educação, as escolas e os professores tem sido foco importantes. No caso dos estudantes dos cursos de formação de professores, a estratégias para transformar suas condutas (identidades e subjetividades) tem sido as de constantes reformas curriculares. Considerando essa condição, apresentamos ideias iniciais sobre como pensamos que a perspectiva da governamentalidade pode nos ajudar a problematizar currículos.

2. METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho se constitui como revisão de literatura e buscou, dentro deste campo de estudos, autores e obras que tratam sobre o conceito de governamentalidade e que contribua com construção e desenvolvimento da pesquisa sobre currículo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das principais características da governamentalidade neoliberal é o que a diferencia do liberalismo clássico é o incentivo à competição, entendido como forma de reforçar a liberdade do mercado, e que consequentemente gera uma mudança na forma de produção e comercialização de bens. Conforme Alfredo Veiga Neto (2011, p.39): “Enquanto o foco esteve sobre a troca de mercadorias, a ênfase esteve do lado da produção; quando o foco se desloca para a competição a ênfase deixa de estar na produção de bens, passando para o consumo”. Essa mudança desloca a centralidade de um modelo centrado na produção manual, onde os trabalhadores eram especializados em um tipo de função específica, para uma passagem a outro modelo onde os funcionários devem ser capazes de realizar múltiplas tarefas independentemente de suas funções, desta forma, se antes no modelo fabril o trabalhador era responsável por colar a sola do sapato na fábrica, agora ele tem que saber colar a sola, cortar o molde, costurar, etc... ou seja, saber todas as etapas do processo produtivo. Ao mesmo tempo em que essa produção também se desloca de um contexto material para um contexto imaterial, a distância.

Essas transformações inserem-se no sistema educacional demandando dos professores uma produção de um novo tipo de sujeito, com novas formas de subjetividade, capazes de se adaptar a esse sistema. Para isso, a escola acaba também entrando nesse sistema competitivo, através das avaliações e exames, podemos observar isso tanto na esfera macro com o IDEB e o ENADE que avaliam os sistemas de ensino, como na esfera micro com as avaliações de aprendizagem como a Prova Brasil, Avaliação Nacional de Alfabetização, Prova Brasil, ENEM. Por meio desse instrumento de controle e regulação, ao mesmo tempo, em que se avalia o sistema educacional do país com provas comuns, padronizadas a todos os contextos, também, se recompensa com benefícios as escolas e/ou os estudantes que atingem um maior êxito, que conseguem responder as demandas do sistema competitivo. Aos sujeitos que não obtêm esse rendimento se incute a concepção de que o fracasso ou o menor êxito é responsabilidade exclusiva dos sujeitos que fracassaram, (afinal todos tiveram a oportunidade igualitária de participar). Desta forma, a governamentalidade neoliberal individualiza e consome toda a liberdade dos sujeitos (Alfredo Veiga Neto, 2011, p.39), pois a competição toma a vida em todas as suas esferas, os sujeitos que obtiveram um menor êxito nas avaliações terão de trabalhar mais para terem um rendimento maior nos próximos exames, como em uma loja para gerar metas de lucro e comissões. No neoliberalismo uma das formas de controle, se dá pelo cumprimento de metas.

O tempo se torna cada vez mais acelerado e escasso no sistema competitivo, quando terminamos de realizar uma tarefa ela já se torna ultrapassada, desta forma é necessário fazer várias coisas ao mesmo tempo. O que exige dos sujeitos competências, para que possam se auto governar, competências que são aprendidas na escola, e que por sua vez, demandam ao processo formação de

professores um conjunto de saberes, e habilidades múltiplas e complexas. Exemplo disso, é o curso de pedagogia, que além, e em decorrência de possuir uma ampla área de atuação, solicita que o profissional da pedagogia se constitua com capacidade para “[...] configurar-se como um superprofessor – multifuncional, polivalente, flexível, protagonista, tolerante” (Evangelista e Triches, 2012, p. 185). Esses discursos que promovem essas formas de profissionalização, são construídos por racionalidades de poder e fundamentam-se em saberes que se constroem social, culturalmente e também pela ciência, embora não sejam totalmente conscientes e fixos, pois, a linguagem nunca é unívoca como defende Saussure, e sim um sistema aberto, que possibilita múltiplas interpretações, assim como a possibilidade de transformação destes saberes, que se alterados, modificam também as práticas e discursos considerados como necessários para se viver em determinada época e contexto.

4. CONCLUSÕES

Através deste estudo compreendemos que esse tipo de formação estimulada pela governamentalidade neoliberal também busca subjetivar os docentes, na medida em que utiliza das avaliações como instrumento de condução das condutas. Ao mesmo tempo, em que contribui para sua desqualificação profissional e para uma depreciação da educação, ao transformar o campo educacional em mais um setor do serviço do mercado. Assim sendo, se faz essencial repensarmos enquanto professores as nossas próprias práticas pedagógicas e a nossa profissão de docente frente a esse contexto de demandas em que estamos inseridos e que também nos constitui profissional e humanamente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. **Curso de Pedagogia, Organizações Multilaterais e o Superprofessor**. Educar em Revista, Curitiba, nº45, 1-14, Jul./set, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Gilhon Albuquerque. RJ, Edições Graal. 1993.

_____. **Microfísica do Poder**. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

_____. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France**. Aula de 17 de março de 1976. Trad. Maria Ermantina Galvão. SP. Martins Fontes, 2005

_____. **Segurança, Território e População**. Aula de 1º de fevereiro de 1978. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

_____. **Tecnologías del Yo y Otros Textos Afines**. Buenos Aires. Paidós, 2008.



NETO, Alfredo Veiga. **Governamentalidade, Neoliberalismo e Educação**. In: Guilherme Castelo Branco (org.) Foucault: filosofia & política. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2011. (Coleção Estudos Foucaultianos).